

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação, a *Revista do CAAP* torna público mais um de seus números, consolidando a regularização de sua periodicidade e sua perenidade já celebrada quando os colegas de 1996 decidiram refundar a iniciativa dos de 1921.¹ O número conta pela primeira vez com um dossiê temático, formato que a *Revista* passa a adotar daqui em diante.

O dossiê que inaugura a série é dedicado ao Direito Ambiental e é composto por cinco artigos. De entrada, Ana Carla Pinheiro Freitas analisa de forma propositiva e aberta ao diálogo com as disciplinas vizinhas ao Direito o problema do conceito jurídico de dano moral ambiental objetivo. Natacha Souza John e Fernanda Favarini Odorissi lançam luz sobre a importância constitutiva da publicidade e da participação popular, vinculando ao princípio democrático a correta aplicação do instituto jurídico do licenciamento ambiental. O terceiro artigo do dossiê, de autoria de Rafael Angelo de Sales Silva, aduz a inaplicabilidade da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM) para o caso particular das minas manifestadas. Por fim, a urgente questão do tratamento jurídico da destinação de resíduos sólidos é abordada por distintos vieses no artigo de Cícero Otávio de Lima Paiva e no de Ana Clara Gonçalves Discacciati e Lara de Paula Silva.

O número conta ainda com um estudo comparado do instituto da conciliação prévia no Processo Civil uruguaio, onde o autor Daniel Polignano Godoy aventa a benéfica aplicabilidade do modelo estrangeiro para o caso pátrio. Em seguida, Vladimir Andrei Ferreira Lima esquadriña o papel dos Poderes Executivo e Judiciário na efetivação do direito à moradia em casos de ocupação urbana. Kelly Gonçalves Primo questiona ainda, em face da mudança dos tempos e da coerência interna do ordenamento, os limites legítimos da intervenção estatal do que diz respeito à disposição do próprio patrimônio no casamento dos maiores de setenta anos. Fechando o número, Fernanda Valle Versiani investiga a pluralidade de interpretações oferecidas pela Comissão de Valores Mobiliários aos artigos da Lei das Sociedades por Ações que regulamentam o acesso às

1 Cf. a apresentação da *Revista do CAAP*, ano I, nº 1, Nova Fase, 1996, p. 5, disponível no site da Revista, <<http://www2.direito.ufmg.br/revistadoacaap/index.php/revista/>>.

certidões de assentamento constantes nos livros sociais e à lista de endereço dos acionistas.

Boa leitura!

LUIZ PHILIPPE ROLLA DE CAUX
EDITOR-CHEFE

ANDRÉ FREIRE AZEVEDO
EDITOR-ADJUNTO